

## **Voltar ao começo?**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Nos tempos que correm há muita incerteza quanto ao que será necessário para que o País supere as crises em que está mergulhado. Há os que consideram prioritária a reversão da crise econômica e defendem a tese de que, se a economia voltara a descer, a crise política será superada. Por outro lado, há os mais cétricos – e provavelmente mais realistas – que enfatizam o papel Central da crise política e reconhecem quão problemática a superação dos obstáculos à sua solução. Há ampla justificativa para dúvidas sobre o que deve ser feito. Deveria haver menos dúvidas quanto ao que não se deve fazer.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), principal órgão federal de financiamento à inovação, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, promoveu recentemente seminário intitulado *Desenvolvimento produtivo e inovativo – Oportunidades e novas políticas*. Aproveitou a oportunidade para comemorar os 85 anos da professora Maria da Conceição Tavares, que foi consultora da empresa no governo Geisel e no início do governo Figueiredo. A professora aproveitou o ensejo para defender “voltar ao começo” como estratégia para o País, ou seja, voltar ao nacional-desenvolvimentismo, baseado na substituição de importações. O banzo foi completado pela menção à necessidade de uma frente de esquerda aliar-se a uma “fração da burguesia, por mais que não se goste dela”. É a volta à temática da burguesia nacional que ocupou tanto espaço no debate político meio século atrás.

É irônico que num seminário com ênfase em inovação tenha havido tão enfática peroração em defesa de uma estratégia tão vetusta, notória por sua resistência à absorção de inovações. É certo que a ênfase na substituição de importações funcionou como motor do desenvolvimento, especialmente a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. Mas deu mostras de esgotamento já no início da década de 1960 – como analisado pela própria professora e, após ressurgência sob o regime militar, entrou em colapso na década de 1980.

Paralelamente, deteriorou-se a capacidade de gestão do Estado, outro pilar do modelo de desenvolvimento adotado no pós-guerra. A constatação dessas inadequações nos anos 80, em meio à estagnação combinada com hiperinflação, criou as condições para que prosperassem iniciativas que levaram à abertura da economia e à privatização de empresas controladas pelo Estado.

Poucos questionariam que o segundo mandato do presidente Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff foram marcados por gradativa restauração do nacional-desenvolvimentismo. O formato que marcou essa regressão a políticas que haviam fracassado no passado culminou na sistemática violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinada à concessão de favores fiscais seletivos que implicaram o retrocesso da abertura, a despeito dos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil.

Trata-se de repetição das estripulias dos anos 50, sempre em nome do nacional-desenvolvimentismo. Já existiam pedaladas nos anos 50, com formato levemente diferente, mas

com o mesmo objetivo: contornar limitações legais ao gasto público. Além disso, o mercado interno era quase completamente segregado do mercado internacional, com a tarifa de importação rondando os 150%. Nos anos Rouseff a tarifa de 35% foi praticamente dobrada pelo regime discriminatório do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) baseado em conteúdo nacional de partes e peças.

No mundo ideal, o objetivo deve ser a reforma política que supere o atual atoleiro. Na economia, será que queremos mais proteção, política macroeconômica macunaímica e Estado grande e corrupto?

A prioridade deve ser a recuperação da credibilidade do Estado como gestor, a volta a políticas macroeconômicas prudentes, o abandono do ranço autárquico e reformas tributária e previdenciária. Em suma, afastar os fantasmas do passado.

\* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.